

Instrução Normativa Nº 01/96

Dispõe sobre aplicação do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) destinados à educação no âmbito dos Municípios e dá outras providências.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27 da Lei Complementar nº 25, de 05 de agosto de 1994.

Considerando as disposições dos arts. 208, VII, 211, 212 e parágrafos e 213 da Constituição Federal;

Considerando o teor da Lei Federal Nº 7.348, de 24 de julho de 1985;

Considerando a necessidade de agilizar a análise das prestações de contas dos órgãos sujeitos à jurisdição deste Tribunal;

Considerando que, na documentação trimestral enviada pelos órgãos municipais a este Tribunal, incluem-se a referente aos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino;

Considerando, ainda, que a individualização da documentação relativa a aplicação de recursos públicos municipais no ensino, representa um fator fundamental na eficiência da análise das contas municipais por este Tribunal;

Considerando anteprojeto apresentado pelo Conselheiro Presidente na sessão realizada em 01 de agosto de 1996, tendo sido designado Relator o Conselheiro Haroldo Julião da Gama;

Considerando, que referido anteprojeto, após discutido e votado, mereceu aprovação, unânime do Egrégio Plenário, com a abstenção do Conselheiro Laércio Franco, nos termos da ata da sessão realizada nesta data;

Resolve:

Art. 1º - Os Municípios, obedecendo ao disposto nos artigos 211, 212 e 213 da Constituição Federal deverão encaminhar ao Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Pará, individualizadamente, a documentação relativa aos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, a quando do envio da prestação de contas trimestral.

Art. 2º - Deverá constar, da lei orçamentária anual a destinação e discriminação do percentual mencionado no artigo, da receita prevista para manutenção e desenvolvimento do ensino, 'prioritariamente para o ensino fundamental e pré-escolar.

Art. 3º - O acompanhamento e análise da documentação enviada ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de que trata o art. 1º da presente Instrução Normativa, será procedida pelo Departamento de Controle Externo, que verificará a compatibilização da receita e despesa efetivamente realizada pela Administração Municipal.

§ 1º - Os documento de despesa para a manutenção e desenvolvimento de ensino devem ser identificados com o carimbo "EDUCAÇÃO".

§ 2º - Devem acompanhar a documentação trimestral o Demonstrativo de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de acordo com o modelo constante no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 4º - Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino todas as que se façam dentro ou fora das instituições de ensino, com vista ao disposto nesta Instrução, desde que as correspondentes atividades estejam, abrangidas na legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sejam supervisionadas pelos competentes sistemas de ensino, observado o disposto na Constituição Federal, ou ainda as que:

I - resultem em bens ou serviços que se integrem nas programações de ensino;

II - consistam em levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, levados a efeitos pelas instituições de ensino ou por órgãos ou entidades, desde que visem precipuamente ao aprimoramento, da qualidade e à expansão racional do ensino;

III - correspondam à amortização e ao custeio de operações de crédito destinados ao financiamento de programações de ensino nos termos deste artigo e seu inciso I;

IV - importem em concessão de bolsas de estudo;

V - assumam a forma de atividade-meio de estabelecimento de normas, gestão, supervisão, controle, fiscalização e outras, necessárias ao regular funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - decorram da manutenção do pessoal inativo, estatutário das instituições de ensino, em razão de aposentadoria;

VII - decorram em transporte de alunos, especificamente aqueles procedentes da zona rural, para o atendimento do ensino fundamental;

VIII - importem em despesas com segurança nas escolas;

IX - decorram do pagamento de construção, recuperação e aluguel de imóveis destinados ao funcionamento de escolas;

X - decorram de pagamento de pessoal docente, diretores, secretários e demais servidores da escola, bem como os encargos sociais decorrentes;

XI - visem ao fornecimento de material didático e escolar para o ensino fundamental.

Art. 5º - Não se consideram despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, as que se destinem à alimentação escolar e assistência à saúde, consoante § 4º do Art. 212, da Constituição Federal.

Art. 6º - Para fins de cumprimento da aplicação do percentual constitucional, de 25% (vinte e cinco por cento) pelos Municípios na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, deverá ser observada a despesa empenhada.

Art. 7º - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 06 de agosto de 1996.